

**Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra
feminina no trabalho doméstico remunerado:
a escolaridade é mesmo determinante?¹**

Maria de Fátima Lage Guerra²

Simone Wajnman³

Palavras chave

trabalho, doméstico, remunerado, mulheres, retração, envelhecimento, coortes, escolaridade

¹ Trabalho financiado com recursos do CNPq

² Economista e Doutoranda em Demografia - CEDEPLAR/UFMG

³ Professora Titular e Doutora em Demografia – CEDEPLAR/UFMG

1. Introdução

Embora venha crescendo no mundo todo e de forma acentuada, o trabalho doméstico remunerado é uma ocupação típica de regiões em desenvolvimento, principalmente daquelas com níveis elevados de desigualdade social e concentração de renda. Entre os maiores empregadores do setor em 2010, o Brasil era o país com o maior contingente de pessoas na atividade, sobretudo mulheres (OIT, 2013). Essa liderança não surpreende: muito mais do que uma fonte de ocupação e renda para mulheres em idade ativa, a presença habitual da trabalhadora doméstica nos lares de classes média e alta é um traço cultural marcante da sociedade brasileira. Segundo o censo demográfico, uma em cada seis mulheres ocupadas no país, em 2010, exercia esse ofício, a maioria sem garantias trabalhista, sindical ou previdenciária.

Mas apesar de ser ainda muito elevada, a proporção de mulheres ocupadas no trabalho doméstico remunerado vem se reduzindo desde meados do século passado, com quedas intensas registradas nas décadas de 1970 e 2000. Nessa última, inclusive, houve diminuição na quantidade de trabalhadoras atuando no setor e o ofício deixou de ser, pela primeira vez, a principal fonte de renda das brasileiras ocupadas. Esses movimentos foram acompanhados ainda por uma mudança radical no padrão etário de período⁴ da atividade, com redução muito acentuada da proporção de domésticas em idades jovens e aumento em idades maduras.

Fatores de natureza econômica, social, legal, cultural e de composição demográfica da população feminina ocupada têm sido elencados para explicar essas mudanças, com destaque para o aumento da escolaridade das novas coortes femininas, que estaria favorecendo a "migração" de trabalhadoras mais jovens para ocupações mais qualificadas e de maior prestígio social do que os serviços domésticos. Em consequência, haveria uma espécie de "crescimento abaixo do nível de reposição" da população de mulheres alocada na atividade, resultando em um estoque de profissionais cada vez menor, em termos relativos, e mais envelhecido. A força desses movimentos só não teria resultado em reduções ainda mais significativas no peso global do ofício em função do efeito de composição que é dado pela convivência de diferentes gerações de trabalhadoras, com tamanhos e graus variados de envolvimento com o trabalho doméstico. Mas, mantidas essas tendências estruturais, e dependendo do ritmo de crescimento do mercado de trabalho, é provável que haja, a médio prazo, uma queda expressiva no número de mulheres alocadas na atividade, à medida que as

⁴ O padrão etário de período refere-se ao comportamento das proporções de mulheres ocupadas como domésticas em distintas idades, num dado período de tempo. Já o padrão etário de coorte refere-se ao comportamento das proporções de domésticas entre mulheres nascidas numa mesma época, ao longo do seu ciclo de vida.

trabalhadoras mais maduras vão se desligando da profissão por aposentadoria, envelhecimento ou morte. Ambos os fenômenos de retração e envelhecimento são, portanto, extremamente importantes e suscitam indagações quanto ao futuro da profissão, dada sua relevância para o trabalho feminino, o sistema de cuidados e as relações de gênero, raça e família no país.

Neste contexto, os objetivos deste artigo são: 1) descrever as mudanças no peso relativo do trabalho doméstico remunerado na ocupação feminina brasileira, nas últimas cinco décadas, usando associações entre as perspectivas de idade, período e coorte, que são instrumentos analíticos incomuns em estudos sobre o setor; e 2) decompor, para os quinquênios mais recentes, as proporções agregadas e por idade de domésticas entre as mulheres ocupadas, de modo a separar e quantificar as contribuições da escolaridade e de outros fatores que influenciam as suas variações. Para tanto, o artigo se baseia em duas fontes estatísticas diferentes, mas complementares: as amostras dos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2010, do Projeto *IPUMS International*, e os microdados da PNAD-IBGE, para os quinquênios entre 1992 e 2012.

O artigo se divide em cinco seções. Depois desta introdução, a próxima seção discute a importância dos serviços domésticos remunerados para a atividade feminina, examinando as mudanças no peso relativo do ofício nos últimos cinquenta anos. A terceira seção descreve e compara as variações no padrão etário de idade, coorte e período da atividade, analisando sobretudo o comportamento das proporções de domésticas de coortes distintas, numa mesma idade, para identificar como uma geração se diferencia das demais. A quarta seção apresenta os resultados de uma metodologia que permite decompor a diferença entre as proporções de domésticas observadas entre dois períodos, separando, quantificando e comparando uma parcela que é explicada por mudanças na estrutura educacional das mulheres ocupadas, e outra decorrente dos efeitos agregados de outros fatores que influenciam o comportamento da atividade. Esse método de decomposição é semelhante ao sistematizado por Preston *et al.* (2001) e originalmente desenvolvido por Kitagawa. A quinta seção, por fim, apresenta as considerações finais do trabalho.

2. A importância do trabalho doméstico remunerado para a atividade feminina

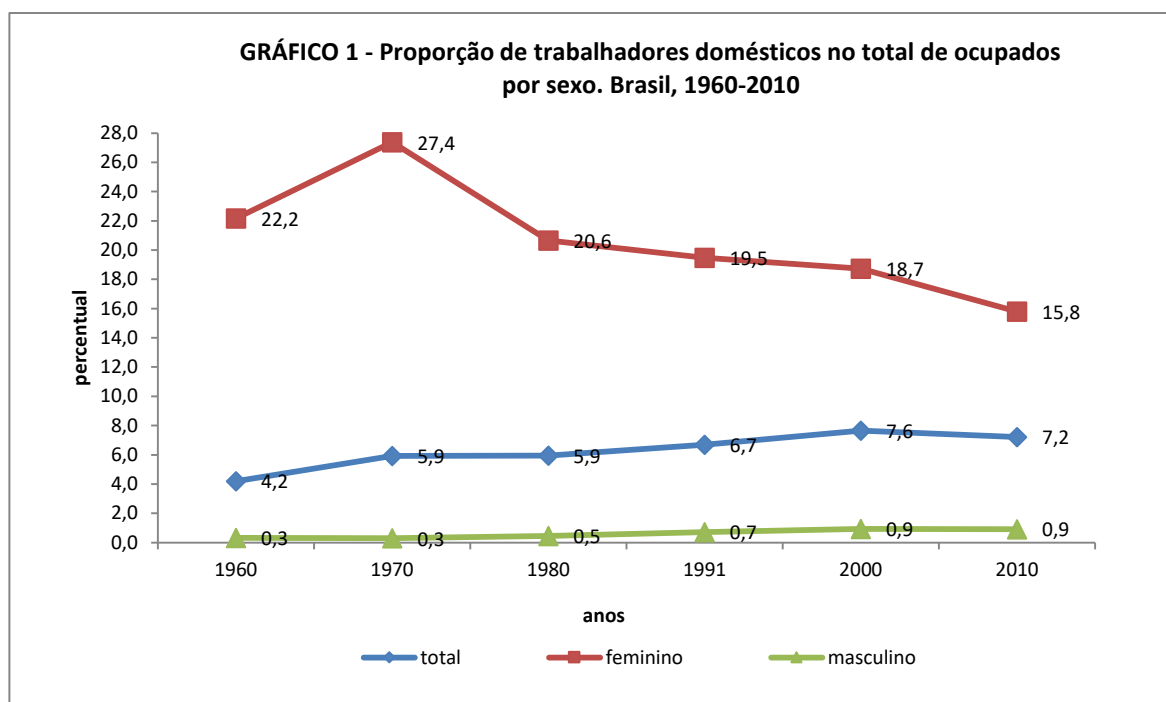
O setor de serviços domésticos remunerados absorvia, em 2010, cerca de 6 milhões de trabalhadores, ou 7,2% do total de pessoas ocupadas no país. A atividade, porém, não tinha a mesma relevância segundo os atributos de sexo e raça, porque as mulheres correspondiam a 93% da categoria, sendo 60% delas negras, incluindo as pretas e as pardas. Esses percentuais

pouco se alteraram em cinco décadas, já que em 1960, apesar de todos os problemas de subdeclaração e das dificuldades de comparação com os censos mais atuais⁵, 96% dos trabalhadores domésticos eram do sexo feminino, sendo 55% mulheres negras.

Na verdade, o trabalho doméstico remunerado no Brasil é e sempre foi uma ocupação feminina e negra. Esse arranjo começou nos tempos da escravidão e suas mucamas; sofreu influências da cultura patriarcal de desvalorização do trabalho reprodutivo; sobreviveu à modernização do país, em função do modelo concentrador de renda; e funciona, até hoje, como porta de acesso ao mercado de trabalho para grande parte das mulheres pobres, negras e pouco escolarizadas, principalmente em períodos de contração do emprego. Por isto, o peso relativo do ofício na estrutura ocupacional feminina ainda é tão elevado. Em 2010, 15,8% do total de mulheres ocupadas tinham no setor a sua principal fonte de renda, sendo uma profissional a cada grupo de seis mulheres em atividade. No caso das mulheres negras, essa proporção era ainda maior: 21%, considerando as pretas e as pardas, contra 11,5%, para as demais. Entre os homens, ela não alcançava 1%.

Mas, ainda que permaneça elevado, é possível identificar dois distintos movimentos no peso relativo do ofício na ocupação feminina no período analisado. Entre 1960 e 1970, a proporção de mulheres ocupadas na profissão cresceu 5,2 pontos percentuais, alcançando o pico histórico de 27,4% (Gráfico 1). A partir de então, pode-se perceber um movimento de queda contínua do indicador, ainda que em ritmos muito distintos, conforme a década observada. Entre 1970 e 1980, a proporção de trabalhadoras domésticas diminuiu em 6,8 pontos percentuais, a maior queda registrada nas cinco décadas. Esse processo perdeu força nas duas décadas seguintes, mas voltou a se acelerar a partir de 2000, quando o peso da atividade na ocupação feminina caiu quase 3 pontos percentuais. E essa última queda foi tão intensa que, segundo a PNAD, entre 2002 e 2012, o ofício passou a ocupar a terceira colocação (14,8%) no *ranking* das maiores atividades empregadoras de mulheres, perdendo importância para outros segmentos como educação, saúde e serviços sociais (17,5%) e comércio e reparação (17,4%). Entre 2007 e 2012, houve queda também na quantidade absoluta de mulheres ocupadas na atividade, da ordem de quase 5%.

⁵ A partir do censo de 2000, o período de referência para a captação do total de pessoas passou a abranger apenas os ocupados na semana anterior à data do censo. De 1960 até 1991, esse período abrangia tanto as pessoas que tiveram algum trabalho nesta semana, quanto as sem qualquer trabalho nesses sete dias, mas que tiveram algum trabalho nos demais 358 dias do ano. Essa mudança interfere nos totais de pessoas ocupadas que passaram a ser captados, fazendo com que os dados não sejam exatamente iguais ao longo da série histórica.



Fonte: Projeto IPUMS Internacional, Censos demográficos - Elaboração própria

Mas quais foram exatamente as mulheres que mais reduziram a sua participação no emprego doméstico? Houve queda generalizada e de mesma magnitude em todas as faixas etárias? Para responder a estas questões, é necessário calcular as proporções de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas em cada grupo etário, para identificar o padrão da atividade específico por idade e descrever as suas mudanças ao longo do ciclo de vida das diversas coortes femininas.

3. Evolução do padrão etário de idade, período e de coorte da atividade doméstica

3.1. Importância da análise de coorte

A análise de coorte tem sido bastante utilizada em estudos sobre as tendências da atividade econômica feminina, dada a influência decisiva de fatores típicos do ciclo de vida - como a escolaridade, o casamento e a fecundidade - sobre os níveis e os padrões de participação das mulheres no mercado de trabalho⁶. Mas apesar da ocupação em serviços domésticos remunerados ser importante na definição desses níveis e padrões no caso brasileiro, faltam estudos que tenham aplicado esse instrumental na descrição da variação da oferta de trabalhadoras domésticas no país, ao longo do tempo.

Desse modo, uma coorte deve ser compreendida neste artigo como um conjunto de mulheres nascidas num mesmo ano calendário e que, nos períodos pesquisados, estavam trabalhando no setor de serviços domésticos remunerados. Devido à inexistência de

⁶ Ver, por exemplo, Wajzman e Rios-Neto (1994), Soares e Izaki (2002) e Leme e Wajzman (2003).

informações retrospectivas sobre a trajetória laboral completa das mesmas trabalhadoras, foram construídos semipainéis contendo fragmentos do ciclo de vida de domésticas de mesma idade, a partir da PNAD e dos censos selecionados. Segundo Oliveira (2002), mesmo não sendo informações longitudinais, como as amostras dessas pesquisas são sempre muito grandes, é possível construir dados de coorte a partir da agregação dos dados de indivíduos de uma mesma idade, criando médias com propriedades de painéis. Essas médias são aceitas como representativas das coortes reais sob os pressupostos de que a população não é muito afetada pela migração e que os indivíduos não estão sujeitos a taxas de mortalidade muito diferentes, porque não é possível saber com certeza se o que causa atrição entre eles é a migração, a morte ou a mudança de status em relação ao indicador analisado. Ambos os pressupostos parecem razoáveis neste estudo porque, em se tratando de trabalhadoras domésticas com idade acima de 10 anos, e considerando todo o território nacional, são pouco influentes tanto a presença de imigrantes estrangeiras⁷, quanto as taxas específicas de mortalidade, que têm sido cada vez menores entre a população feminina em idade laboral, inclusive em segmentos de maior vulnerabilidade. A única desvantagem é o fato das coortes de nascimento suporem como iguais mulheres com atributos demográficos e socioeconômicos muito heterogêneos, o que definitivamente não é o caso das domésticas.⁸

Feitas estas considerações, o raciocínio subjacente à análise proposta é que ambos os processos de retração e envelhecimento da ocupação feminina em serviços domésticos remunerados sofrem influência dos efeitos combinados de diversos fatores que podem ser classificados em três categorias: idade, que são aqueles fatores que marcam as sucessivas etapas do ciclo de vida de uma pessoa, como a experiência profissional; período, como o nível da atividade econômica, o comportamento do emprego, as variações na renda familiar, a modernização dos costumes, as mudanças na legislação trabalhista e os avanços tecnológicos, entre outros; e fatores de coorte, que identificam e diferenciam uma geração de mulheres das demais, como a escolaridade.

3.2. Principais tendências de idade, período e coorte

Os Gráficos 2 e 3 apresentam as proporções médias por idade de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas, obtidas a partir dos semipainéis de coortes construídos com as informações dos censos demográficos e da PNAD, respectivamente.

⁷ Segundo o censo de 2010, apenas 0,1% das trabalhadoras domésticas ocupadas no Brasil eram estrangeiras.

⁸ Ver a respeito o artigo de Myrrha e Wajnman (2007).

Através destes semipainéis, é possível descrever o comportamento de doze coortes decenais⁹ de trabalhadoras domésticas, nascidas entre os anos de 1881 e 2000, e de dezoito coortes quinquenais de trabalhadoras nascidas entre os anos 1913 e 2002, respectivamente.

O formato das curvas do Gráfico 2 revela um padrão histórico caracterizado por um pico pronunciado na faixa etária de 10 a 19 anos, seguido de redução sistemática das proporções de trabalhadoras até os 39 anos e, a partir daí uma tendência a certa acomodação do indicador até o limite dos 69 anos, onde se concentra a maior parte da categoria. Esse padrão preponderou, com poucas mudanças, até o início da década de 2000, mas apresentando um movimento de crescimento (1960-1970) e outro, mais longo, de decréscimo (1970-2000) nos níveis das proporções específicas. Ambos movimentos foram mais intensos entre as faixas etárias mais jovens. Por isto, em 2000, o aspecto geral da curva já era um pouco mais "horizontalizado", embora ainda preservasse o pico na faixa etária de 10 a 19 anos. Contudo, entre os anos 2000 e 2010, há uma mudança significativa nesse padrão, não somente com a eliminação do pico precoce de concentração de trabalhadoras, mas, também, com a formação de um "vale" entre as jovens de 20 a 29 anos, seguido de crescimento significativo do peso do ofício entre as mulheres mais maduras, com idades entre 40 e 69 anos.

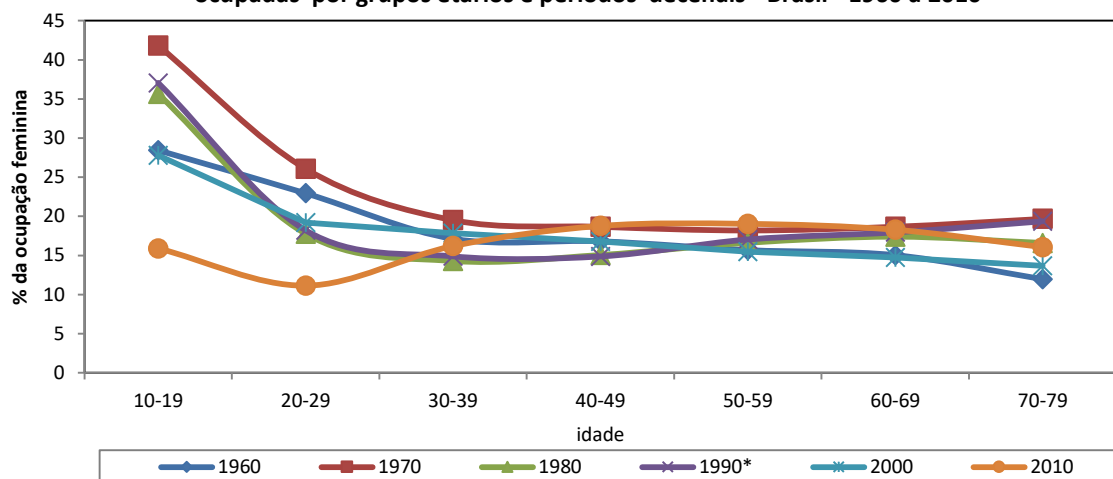
É possível que as tendências reveladas no Gráfico 2 padeçam de certa inconsistência, em função dos problemas de comparabilidade existente entre os censos demográficos atuais e os mais antigos. Entretanto, plotando no Gráfico 3 as mesmas proporções, mas com base nas informações quinquenais da PNAD, percebe-se que o padrão de comportamento é muito semelhante para o período mais recente. E como têm as vantagens de uniformidade e de poderem ser formatados em intervalos mais curtos, esses dados mostram as mudanças no tempo de modo muito mais evidente. É possível ver, por exemplo, que o formato histórico das curvas de período (curva de 1992) era mais descendente e menos "acomodado" nas idades mais maduras. Fica mais claro também que o processo de envelhecimento da categoria já estava acontecendo ao longo dos anos 1990, sugerindo um movimento mais estrutural do que parecia antes. Por outro lado, os dados confirmam que a inversão do formato das curvas, com a eliminação do pico precoce, só ocorre mesmo nos anos 2000 e se acentua pelo menos até 2012.

Mas embora os Gráficos 2 e 3 confirmem o envelhecimento do padrão etário de período da ocupação feminina em serviços domésticos, eles não mostram as tendências de

⁹ Como existe um intervalo de onze anos entre os censos demográficos de 1980 e 1991, os dados de 1991 foram interpolados para 1990 para a construção das coortes decenais, com base na taxa de crescimento populacional intercensos.

comportamento da atividade ao longo do ciclo de vida das trabalhadoras, já que misturam mulheres de gerações distintas. Para tanto, o mais adequado é plotar as proporções de trabalhadoras domésticas em uma perspectiva geracional, ou em forma de coortes.

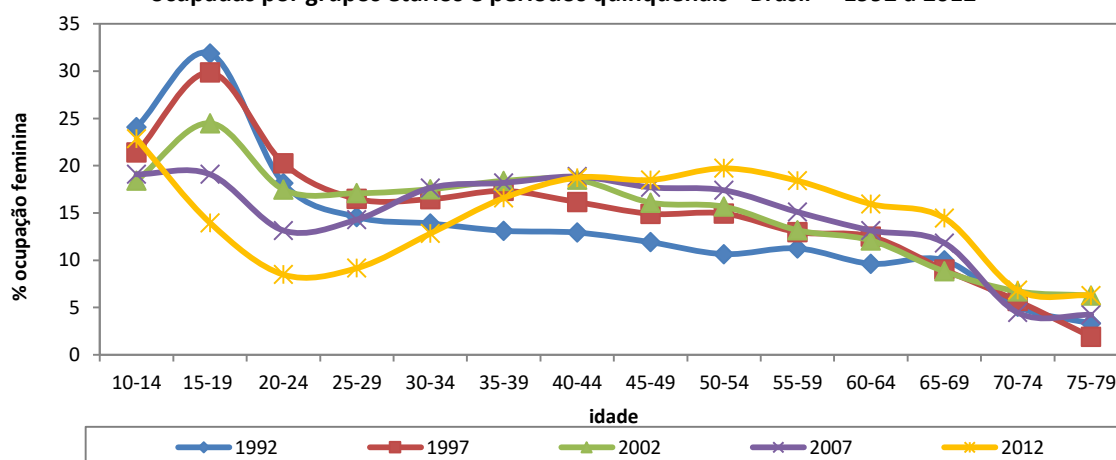
GRÁFICO 2 - Proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas por grupos etários e períodos decenais - Brasil - 1960 a 2010



• Dados de 1990 interpolados

Fonte: Projeto IPUMS Internacional, Censos Demográficos - Elaboração própria

GRÁFICO 3 - Proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas por grupos etários e períodos quinquenais - Brasil - 1992 a 2012



Fonte: IBGE, PNAD - Elaboração própria

Os Gráficos 4 e 5 ilustram a evolução do padrão etário de ciclo de vida das mulheres ocupadas como domésticas, com base nas proporções decenais dos censos e quinquenais da PNAD, respectivamente. Neles, cada curva corresponde a uma coorte de profissionais cujos fragmentos da vida laboral podiam ser observados nos intervalos de tempo considerados em cada situação. Esses gráficos são muito elucidativos, mas precisam ser analisados com ressalvas. Por um lado, quaisquer efeitos aparentes de coorte ou de idade que deles sobressaíam podem estar encobrindo um efeito de período, em função do problema de

identificação existente entre as três perspectivas.¹⁰ Por outro, como os serviços domésticos remunerados são muito heterogêneos e, em certa medida, "especializados por idade"¹¹, é um pouco simplificador tratar todas as profissionais em um único padrão de ciclo de vida.

Mas, como é possível perceber pelo formato das curvas (em ambos os gráficos), há um claro e sistemático padrão de redução da participação das mulheres na atividade até os 29 anos e um ligeiro, mas também sistemático, aumento aproximadamente após os 50 anos. Esse padrão se repete a cada nova coorte de trabalhadoras e se mantém sem alterações significativas até os tempos atuais, ao contrário das variações observadas no padrão etário de período. Ele parece indicar que o ofício é uma opção de emprego provisório para mulheres de baixa renda, que elas buscam no início da vida laboral, enquanto estudam ou aguardam oportunidades melhores, ou para a qual elas voltam nas etapas finais da vida ativa, como forma de complementação de renda após a aposentadoria ou mesmo em função do desemprego. Se estas hipóteses estiverem corretas, significa dizer que o trabalho doméstico remunerado é tanto a porta de entrada quanto a porta de saída do mercado de trabalho para as mulheres pobres, mesmo levando-se em conta que, em contexto de muitas mudanças, ele o é cada vez menos.

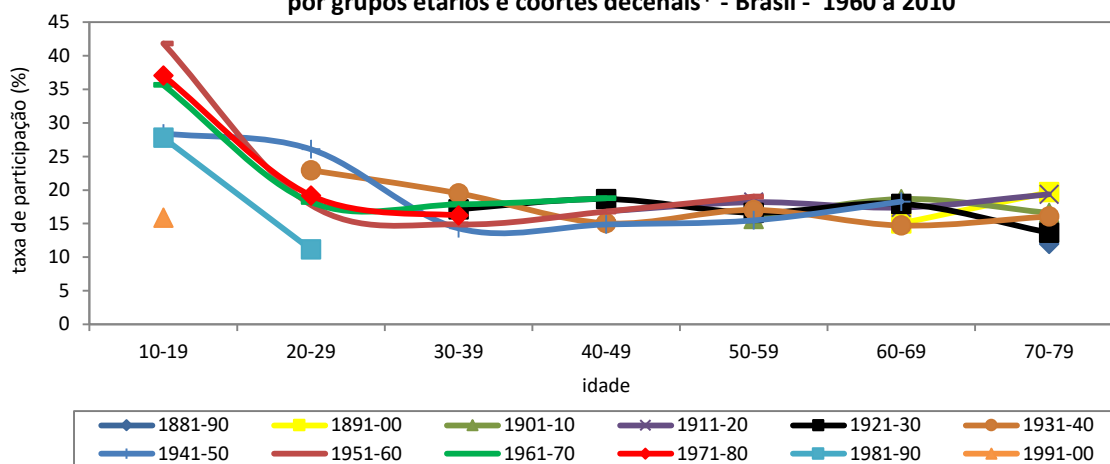
Quanto ao movimento entre coortes, é possível observar com nitidez, sobretudo no Gráfico 5, o processo de redução da participação de mulheres de coortes mais jovens na atividade. Considerando-se todo o período de vinte anos, entre 1992 e 2012, percebe-se que esse decréscimo entre coortes ocorreu em todas as idades abaixo de 34 anos, mas de forma bem mais acentuada na faixa dos 15 aos 24 anos, onde a concentração de trabalhadoras sempre foi mais elevada. Essa queda foi praticamente contínua no tempo: a cada nova coorte quinquenal de mulheres ocupadas nesta etapa da vida laboral existiam, em termos relativos, menos trabalhadoras domésticas do que nas coortes antecessoras. O mesmo não ocorre no caso das mulheres ocupadas de coortes mais velhas. Entre essas, houve aumento contínuo das proporções de domésticas entre coortes quinquenais sucessivas, sobretudo nas idades entre 45

¹⁰ Como coorte = período - idade, existe uma relação de dependência linear entre as três perspectivas em análise. Com isto, é impossível separar com exatidão os efeitos puros associados a fatores dessas três ordens que atuam sobre a proporção de mulheres ocupadas como domésticas. Esse problema é bem conhecido e existem várias técnicas estatísticas para minimizá-lo, denominadas modelos IPC (idade, período e coorte). A respeito, ver Yang e Land (2013).

¹¹ Melo (2000), comparando os grandes grupos ocupacionais em que usualmente se subdivide o trabalho doméstico remunerado, encontrou, para os anos de 1993 e 1998, uma tendência evidente de concentração das babás entre as mulheres mais jovens, principalmente adolescentes, ao passo que as passadeiras, faxineiras e cozinheiras eram mais comuns entre as mulheres mais maduras. Infelizmente, não é possível refazer esta comparação para períodos mais recentes, porque, desde 2001, a PNAD não permite mais a desagregação do perfil das mulheres ocupadas em serviços domésticos remunerados por grandes grupos ocupacionais, dificultando uma análise mais adequada do perfil de ciclo de vida da atividade.

e 64 anos, significando que a cada nova geração existiam, em termos relativos, mais mulheres ocupadas no ofício nessas idades do que havia nas gerações antecessoras.

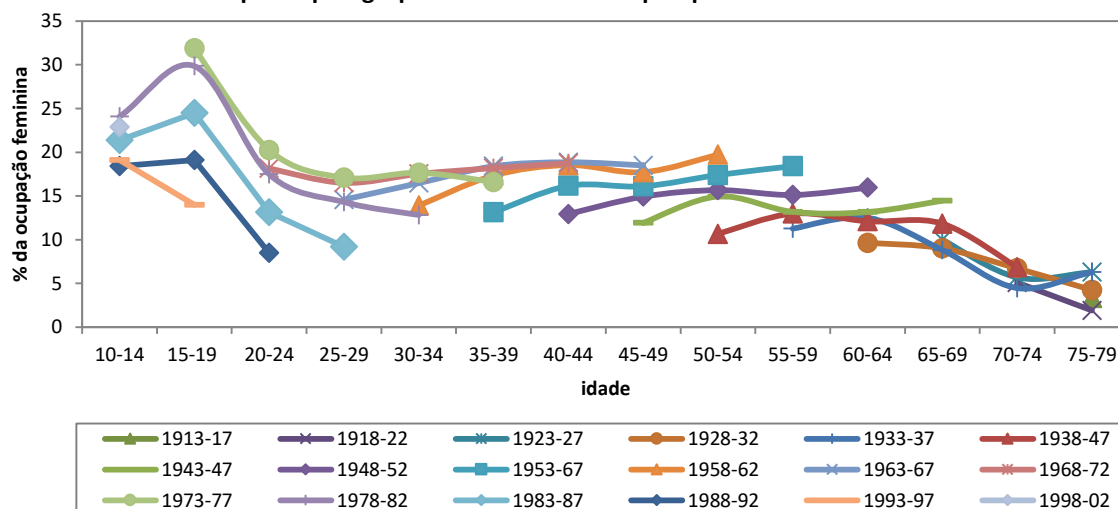
GRÁFICO 4- Proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas por grupos etários e coortes decenais* - Brasil - 1960 a 2010



• Dados de 1990 interpolados

Fonte: Projeto IPUMS Internacional, Censos Demográficos - Elaboração própria

GRÁFICO 5 - Proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas por grupos etários e coortes quinquenais -- Brasil 1992 a 2012



Fonte: IBGE, PNAD - Elaboração própria

Mas, como já dito, não se pode afirmar com certeza se todos esses movimentos diferenciados de participação feminina no trabalho doméstico remunerado entre coortes são efeitos puros, em função do problema de identificação. O mais provável é que não sejam, porque as intensidades das quedas nas idades mais jovens e do aumento nas idades mais velhas crescem muito no período mais recente, de forma coerente com as tendências reveladas nas curvas de período. De todo modo, a presença de um forte efeito de coorte é inegável, pois os movimentos não são homogêneos em todas as faixas etárias. Isto ocorreu entre as décadas de

1960/70 e 1970/80, quando as proporções aumentaram e depois caíram para todas as gerações de trabalhadoras, num comportamento mais típico de mudanças de período (Gráfico 2).

A análise de idade, período e coorte é uma ferramenta poderosa para mostrar as várias dimensões temporais implícitas nas tendências de redução e de envelhecimento da mão de obra feminina em serviços domésticos remunerados, mas não explica suas razões. O que de fato determina os movimentos de mudança nos perfis de período e idade da atividade? Se aparentemente existe um efeito de coorte por trás dessas mudanças, que fatores o motiva? Porque os ritmos de queda nas proporções de domésticas entre as mulheres ocupadas mais jovens e de aumento entre as mais velhas se intensificaram na última década?

Além das pistas existentes nos dados apresentados, existem boas hipóteses na literatura que podem ajudar a responder algumas dessas questões. Por exemplo: há uma forte associação inversa entre o comportamento de período da ocupação e as flutuações nos níveis da atividade econômica, como se pode ver pelo comportamento das curvas dos Gráficos 1 e 2. Wajnman *et al.* (1998) e DIEESE (2012) também mostraram isto para épocas distintas. É razoável supor também que as proporções de mulheres ocupadas como domésticas têm relação inversa com os avanços na legislação que regula o exercício da atividade - e que interferem na formação de seus custos - e com a modernização dos hábitos e atitudes das famílias em relação à privacidade do lar, à divisão das tarefas domésticas e à incorporação de novas tecnologias em eletrodomésticos, produtos de limpeza e preparo de alimentos. Outro fator importante são as mudanças nas direções dos fluxos migratórios internos a partir de 1980 (Melo, 1998). Quanto aos efeitos de coorte que transparecem nos gráficos analisados, a principal explicação evocada tem sido o aumento da escolaridade feminina. Este fator é particularmente relevante no caso em estudo, porque as mulheres brasileiras de gerações mais novas, que nasceram em períodos de grandes avanços educacionais e culturais, são mais qualificadas para o mercado de trabalho e mais refratárias ao exercício do ofício de doméstica, tendendo a se inserir com mais facilidade e interesse em ocupações mais valorizadas (Myrrha e Wajnman, 2007; IPEA, 2011; Brites e Picanço, 2014).

Mas qual desses fatores é realmente o mais importante para explicar a redução e o envelhecimento da mão de obra feminina em serviços domésticos remunerados? Este estudo não tem a pretensão de dar uma resposta exaustiva a essa pergunta, porque nem todos os fatores listados podem ser mensurados com os dados pesquisados. Do mesmo modo, não é intenção aplicar uma metodologia mais complexa - como um modelo IPC, por exemplo - para separar e quantificar a influência de todos os fatores mensuráveis que atuam sobre os indicadores em foco. Como há um grande consenso na literatura de que as flutuações nas

proporções de domésticas entre as mulheres ocupadas são muito sensíveis às diferenças na escolaridade entre coortes, acredita-se que um exercício de decomposição dessas proporções, tal como posto em Preston *et al.* (2001) para taxas de mortalidade, mas considerando a estrutura educacional, ao invés da estrutura etária, seja suficiente.

4. Efeitos de composição das proporções de domésticas no total de ocupadas: o papel da estrutura educacional

As proporções de domésticas no total de mulheres ocupadas são médias ponderadas de subgrupos populacionais. Como tal, elas estão sujeitas à influência de efeitos de composição associados ao peso proporcional de cada um desses subgrupos em atributos pessoais como idade, raça, escolaridade, estado civil, região geográfica etc. Em se tratando da escolaridade, pode-se dizer que essas proporções são médias ponderadas das proporções específicas de domésticas entre as mulheres ocupadas em cada nível educacional, sendo os pesos dados pela proporção de mulheres ocupadas em cada um dos níveis educacionais considerados. Formulando essa proposição, chega-se a:

$$PD^t = \sum_i^{\infty} EE_i^t PED_i^t \quad (1)$$

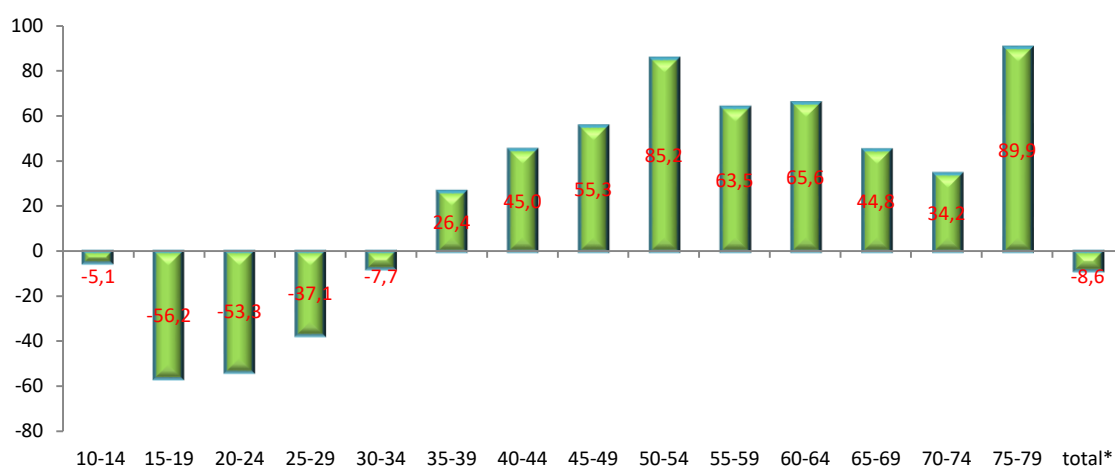
onde PD^t é a proporção agregada de mulheres ocupadas como domésticas no período t ; PED_i^t é a proporção específica de mulheres ocupadas como domésticas em cada nível educacional i no período t e EE_i^t é a proporção de mulheres ocupadas em cada nível educacional (distribuição educacional).

O Gráfico 6 exibe as variações das proporções total e por idade das mulheres ocupadas como domésticas no Brasil, entre os anos de 1992 e 2012. Nos termos da equação 1, é fácil perceber que essas variações são devidas a mudanças na estrutura educacional das mulheres ocupadas ou nos fatores de outras naturezas que afetam as proporções específicas de domésticas existentes em cada nível educacional. A título de exemplo, entre as mulheres ocupadas da faixa etária de 20 a 24 anos houve uma redução de 53,3% na proporção de domésticas, nesses vinte anos. Qual das componentes da equação 1 é mais importante na explicação desta queda?

Pode-se notar, pelo Gráfico 7, que as proporções específicas de domésticas entre as mulheres ocupadas de 20 a 24 anos se reduziram entre os grupos das que só possuíam até o ensino fundamental II incompleto e aumentaram entre os grupos mais escolarizados, a partir do ensino fundamental II completo. Mas mesmo com essas mudanças, as maiores proporções de domésticas ainda estavam, em 2012, entre o grupo de mulheres com menor escolarização,

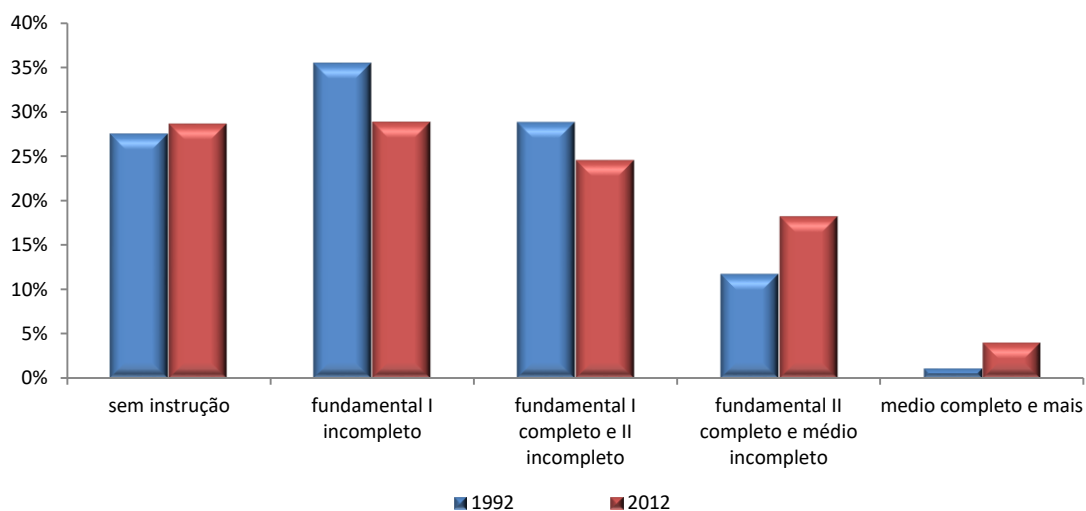
indicando que o avanço na estrutura educacional das profissionais não foi tão grande assim ou que, ao escolarizar-se, a jovem tende a mudar de ocupação, como é o esperado. Por outro lado, como mostrado no Gráfico 8, houve um avanço impressionante na estrutura educacional de todas as mulheres ocupadas na faixa de 20 a 24 anos, de modo que, em 2012, existiam poucas nesta faixa etária com níveis de escolarização abaixo do ensino fundamental II completo. Em contrapartida, a proporção de mulheres dessa faixa etária com ensino médio completo e mais saltou de 29% para 74%.

GRÁFICO 6 - Variação percentual das proporções total e por idade de mulheres ocupadas como domésticas - Brasil - 1992 e 2012



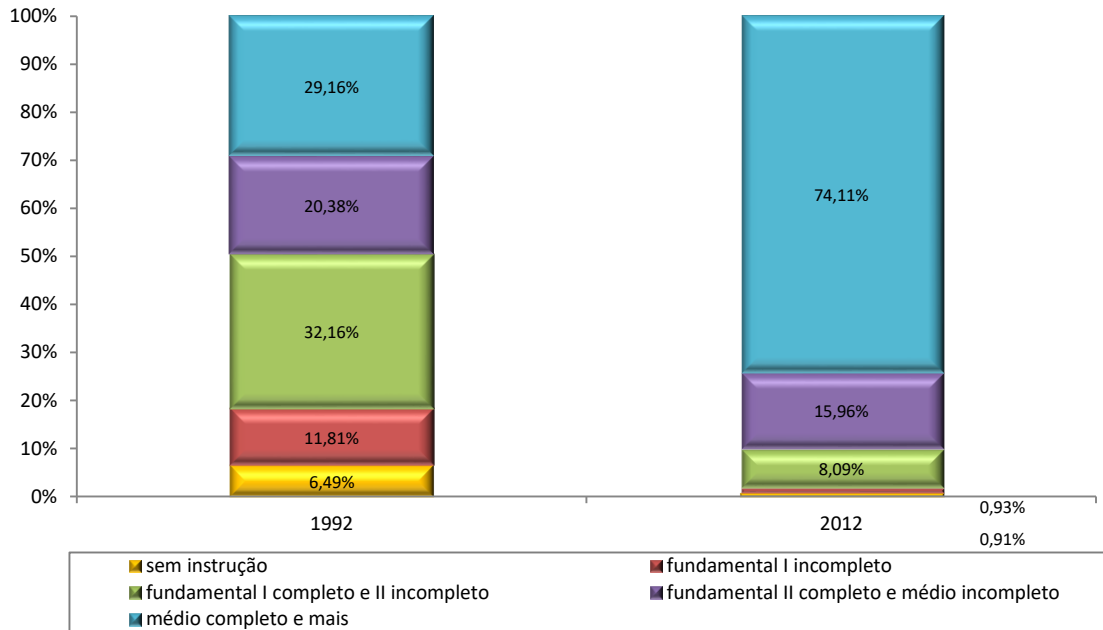
Fonte: IBGE, PNAD - Elaboração própria

GRÁFICO 7 - Proporções específicas de mulheres de 20-24 anos ocupadas em serviços domésticos remunerados por nível de instrução - Brasil - 1992 e 2012



Fonte: IBGE, PNAD- Elaboração própria

GRÁFICO 8 - Estrutura educacional das mulheres ocupadas de 20 a 24 anos - Brasil - 1992 e 2012



Fonte: IBGE, PNAD- Elaboração própria

Nos termos da equação 1, se a contribuição dos efeitos dessa "revolução educacional" ocorrida entre as mulheres ocupadas for maior que a estimada para as mudanças nos demais fatores que incidem sobre a trajetória específica do emprego doméstico, então a escolaridade - uma variável típica do comportamento de coorte - será o determinante principal da queda verificada na proporção de domésticas entre as mulheres de 20 a 24 anos. Ao contrário, se a contribuição da escolaridade for menor que as das demais variáveis, então são fatores como as variações no ciclo econômico, na legislação trabalhista, na cultura, na tecnologia, na migração etc. os que pesarão mais nesta tendência declinante das proporções de domésticas de 20 a 24 anos, no período considerado. O mesmo raciocínio é válido para as variações das proporções de domésticas em todas as outras faixas etárias mostradas no Gráfico 6 e também para a proporção agregada, que caiu 8,6%, no período considerado. Resta, então, calcular e comparar o peso das contribuições de cada uma dessas duas componentes mencionadas.

4.1. Metodologia

Segundo Preston *et al.* (2001), considerando a estrutura educacional, a variação do indicador PD da equação 1, entre os tempos t e $t+1$, poderia ser escrita da seguinte forma:

$$\Delta PD = PD^{t+1} - PD^t = \sum_i EE_i^{t+1} PED_i^{t+1} - \sum_i EE_i^t PED_i^t \quad (2)$$

Dividindo cada um dos termos dessa equação em duas partes iguais e somando e subtraindo mais dois termos, de forma a manter a diferença Δ constante, tem-se que:

$$\begin{aligned} \Delta PD = & \frac{\sum_i EE_i^{t+1} PED_i^{t+1}}{2} + \frac{\sum_i EE_i^{t+1} PED_i^{t+1}}{2} - \frac{\sum_i EE_i^t PED_i^t}{2} - \frac{\sum_i EE_i^t PED_i^t}{2} + \\ & + \frac{\sum_i EE_i^{t+1} PED_i^t}{2} - \frac{\sum_i EE_i^{t+1} PED_i^t}{2} + \frac{\sum_i EE_i^t PED_i^{t+1}}{2} - \frac{\sum_i EE_i^t PED_i^{t+1}}{2} \quad (3) \end{aligned}$$

Combinando esses oito termos em quatro, a equação 3 se torna:

$$\begin{aligned} \Delta PD = & \sum_i EE_i^{t+1} \left[\frac{PED_i^{t+1} + PED_i^t}{2} \right] - \sum_i EE_i^t \left[\frac{PED_i^{t+1} + PED_i^t}{2} \right] + \\ & + \sum_i PED_i^{t+1} \left[\frac{\sum_i EE_i^{t+1} + EE_i^t}{2} \right] - \sum_i PED_i^t \left[\frac{\sum_i EE_i^{t+1} + EE_i^t}{2} \right] \quad (4) \end{aligned}$$

Por fim, combinando esses quatro termos em dois, tem-se que:

$$\Delta PD = \sum_i EE_i^{t+1} - EE_i^t \left[\frac{PED_i^{t+1} + PED_i^t}{2} \right] + \sum_i PED_i^{t+1} - PED_i^t \left[\frac{\sum_i EE_i^{t+1} + EE_i^t}{2} \right] \quad (5)$$

onde:

$$\begin{aligned} \sum_i EE_i^{t+1} - EE_i^t \left[\frac{PED_i^{t+1} + PED_i^t}{2} \right] & \text{ é a contribuição da estrutura educacional e} \\ \sum_i PED_i^{t+1} - PED_i^t \left[\frac{\sum_i EE_i^{t+1} + EE_i^t}{2} \right] & \text{ é a contribuição das proporções específicas.} \end{aligned}$$

Ou seja, com a equação 5 é possível separar e calcular as contribuições das mudanças nas duas componentes principais - a estrutura educacional e as proporções específicas de domésticas - que determinam as flutuações nas proporções agregadas e por idade de mulheres ocupadas na atividade, mostradas no Gráfico 7.

O exercício feito neste estudo com esta equação considera tanto o período completo de 20 anos quanto os quatro quinquênios compreendidos entre 1992 e 2012. E, além das

proporções totais de domésticas na população feminina ocupada, foram decompostas também as proporções por faixas etárias. Entre estas, foram desconsideradas as idades acima de 64 anos - que não fazem parte do conceito de população em idade ativa e concentram poucas trabalhadoras domésticas - e as idades de 10 a 14 anos, onde se concentram muitas trabalhadoras, mas a maioria ainda não teve tempo de vida sequer para terminar o ensino fundamental II. Quanto aos dados, optou-se pelas estatísticas da PNAD, em função da inexistência de incompatibilidades técnicas ao longo da série histórica e pela possibilidade de agregação em intervalos mais curtos, de cinco anos.

4.2. Resultados

A Tabela 1 sintetiza os resultados das decomposições das diferenças entre as proporções totais e por idade de mulheres ocupadas como domésticas no Brasil, em termos da estrutura educacional e das proporções específicas de domésticas por níveis educacionais. Sua interpretação deve levar em conta que, em muitos casos, uma das componentes pode contribuir com mais de 100% para a diferença entre as proporções decompostas. Quando isto ocorre, é porque as duas componentes atuam em sentido oposto. Ou seja, uma contribui para a redução e outra para o aumento das proporções em análise.

Os resultados encontrados confirmam a hipótese de que as proporções de domésticas entre as mulheres ocupadas são muito sensíveis às diferenças de escolaridade entre as coortes. Considerando-se apenas o período total de 20 anos, verifica-se que os impactos dos avanços na estrutura educacional das mulheres ocupadas com idades entre 15 e 34 anos foram tão expressivos que, na maioria dos casos, não somente anularam os efeitos de outros fatores que agiram pressionando o aumento do peso relativo do ofício, como produziram um efeito líquido suficiente para derrubar as proporções agregadas de domésticas nessas idades em até 56% (Gráfico 6).

O caso da coorte com 20 a 24 anos é emblemático, por se tratar da maior queda verificada entre mulheres com idade suficiente para já terem completado o ensino médio. Da diferença de -9,6 pontos percentuais (ou -53%) entre as proporções de domésticas nesta faixa etária, -11 foram devidos aos avanços educacionais e 1,4 a fatores de outras ordens, como, por exemplo, o baixo desempenho da economia, pelo menos até meados dos anos 2000. Esse padrão também foi verificado entre as coortes de 25 a 29 anos e de 30 a 34 anos. Mas para a coorte de 15 a 19 anos, o papel das duas componentes em explicar as quedas verificadas nas proporções de domésticas foi distinto. Nessas idades, as mudanças nos demais fatores que incidem sobre as proporções específicas, embora bem menos significativos, também contribuíram no sentido da escolaridade, ajudando a derrubar as proporções de domésticas em

17,7 pontos percentuais. Motivos fortes para explicar esse comportamento das proporções específicas nestas idades mais precoces podem ser os efeitos das políticas e ações de combate ao trabalho doméstico infantil, postas em prática no país no período considerado.

Por outro lado, verifica-se que a escolaridade perde força em explicar as variações nas proporções agregadas de domésticas entre as trabalhadoras de coortes mais maduras. Ao contrário do movimento ocorrido entre as coortes mais jovens, nas faixas etárias a partir dos 35 anos e até o fim do ciclo laboral o impacto dos fatores que atuaram sobre as proporções específicas de domésticas - como a recessão, o desemprego, a queda na renda familiar etc. –

Tabela 1 - Resultados da decomposição das diferenças entre as proporções de mulheres ocupadas como domésticas pela estrutura educacional - Brasil - 1992 a 2012

Períodos	Proporção de mulheres ocupadas como domésticas em t (%) PD _t	Proporção de mulheres ocupadas como domésticas em t+1 (%) PD _{t+1}	Variação da proporção entre t e t+1 (pontos percentuais) ΔPD	Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres ocupadas entre t e t+1 (EE)		Contribuição das diferenças nas proporções específicas de domésticas entre t e t+1 (PED)	
				valor absoluto	%	valor absoluto	%
15-19 anos							
1992/1997	31,6	29,8	-1,8	-3,8	211%	2,0	-111%
1997/2002	29,8	24,4	-5,5	-5,2	95%	-0,3	5%
2002/2007	24,4	19,0	-5,4	-3,5	66%	-1,8	34%
2007/2012	19,0	13,9	-5,1	-2,1	41%	-3,0	59%
1992/2012	31,6	13,9	-17,7	-14,8	83%	-3,0	17%
20-24 anos							
1992/1997	18,0	20,1	2,1	-2,7	-124%	4,8	224%
1997/2002	20,1	17,4	-2,8	-5,1	184%	2,3	-84%
2002/2007	17,4	13,1	-4,3	-3,2	74%	-1,1	26%
2007/2012	13,1	8,4	-4,6	-1,7	36%	-3,0	64%
1992/2012	18,0	8,4	-9,6	-11,0	115%	1,4	-15%
25-29 anos							
1992/1997	14,5	16,5	2,0	-1,4	-70%	3,4	170%
1997/2002	16,5	17,0	0,5	-2,7	-530%	3,2	630%
2002/2007	17,0	14,1	-2,9	-3,6	123%	0,7	-23%
2007/2012	14,1	9,2	-4,9	-2,5	51%	-2,4	49%
1992/2012	14,5	9,2	-5,4	-9,0	167%	3,6	-67%
30-34 anos							
1992/1997	14,0	16,5	2,5	-1,5	-60%	4,1	160%
1997/2002	16,5	17,4	0,9	-1,7	-185%	2,6	285%
2002/2007	17,4	17,7	0,2	-2,5	-1011%	2,7	1111%
2007/2012	17,7	12,7	-4,9	-3,8	77%	-1,1	23%
1992/2012	14,0	12,7	-1,2	-8,3	681%	7,1	-581%
35-39 anos							
1992/1997	13,1	17,4	4,2	-1,7	-41%	5,9	141%
1997/2002	17,4	17,0	-0,3	-1,2	359%	0,9	-259%
2002/2007	17,0	15,6	-1,4	-1,0	73%	-0,4	27%
2007/2012	15,6	16,6	0,9	-1,8	-193%	2,8	293%
1992/2012	13,1	16,6	3,4	-6,7	-195%	10,1	295%

40-44 anos							
1992/1997	13,0	16,2	3,22	-1,9	-60%	5,2	160%
1997/2002	16,2	18,5	2,34	-2,0	-87%	4,4	187%
2002/2007	18,5	18,8	0,32	-1,9	-609%	2,3	709%
2007/2012	18,8	18,7	-0,14	-2,3	1679%	2,2	-1579%
1992/2012	13,0	18,7	5,74	-7,5	-130%	13,2	230%
45-49 anos							
1992/1997	11,9	14,9	3,0	-1,5	-49%	4,5	149%
1997/2002	14,9	16,1	1,2	-2,0	-171%	3,2	271%
2002/2007	16,1	17,7	1,6	-1,7	-109%	3,3	209%
2007/2012	17,7	18,4	0,7	-2,7	-356%	3,4	456%
1992/2012	11,9	18,4	6,5	-6,9	-107%	13,4	207%
50-54 anos							
1992/1997	10,7	15,0	4,26	-1,3	-30%	5,5	130%
1997/2002	15,0	16,1	1,14	-3,2	-278%	4,3	378%
2002/2007	16,1	17,4	1,30	-2,9	-227%	4,2	327%
2007/2012	17,4	19,6	2,24	1,1	50%	1,1	50%
1992/2012	10,7	19,6	8,93	-5,6	-63%	14,6	163%
55-59 anos							
1992/1997	11,3	13,0	1,7	-0,6	-39%	2,3	139%
1997/2002	13,0	13,2	0,2	-1,1	-502%	1,3	602%
2002/2007	13,2	15,1	1,9	-0,9	-49%	2,8	149%
2007/2012	15,1	18,4	3,3	-1,6	-48%	4,9	148%
1992/2012	10,7	18,4	7,7	-4,7	-66%	11,7	166%
60-64 anos							
1992/1997	9,6	12,5	2,9	-1,3	-22%	3,5	122%
1997/2002	12,5	22,4	9,9	-0,4	-4%	10,3	104%
2002/2007	22,4	28,3	5,9	-0,6	-10%	6,5	110%
2007/2012	28,3	16,0	-12,3	-2,3	19%	-10,0	81%
1992/2012	9,6	16,0	6,3	-4,7	-64%	11,7	164%
TOTAL							
1992/1997	16,1	17,8	1,6	-1,5	-91%	3,1	191%
1997/2002	17,8	17,3	-0,4	-2,0	471%	1,6	-371%
2002/2007	17,3	16,4	-1,0	-2,0	206%	1,0	-106%
2007/2012	16,4	14,7	-1,7	-2,1	129%	0,5	-29%
1992/2012	16,1	14,7	-1,4	-7,5	538%	6,1	-438%

Fontes: IBGE, PNAD e Preston et al. (2001) - Elaboração própria

- foram tão mais fortes nesses vinte anos, que não somente anularam os efeitos dos ganhos educacionais, como produziram um efeito líquido suficiente para aumentar as proporções agregadas de doméstica nessas idades em até 85% (Gráfico 6). Mas é importante ressaltar que, mesmo sendo bem menor, também entre essas coortes mais maduras a contribuição da escolaridade foi negativa, significando que se a contribuição das proporções específicas fosse nula, teria ocorrido uma redução das proporções agregadas de domésticas nestas idades. Ou

seja, o papel da escolaridade é mesmo determinante em explicar a redução do peso do trabalho doméstico remunerado na atividade feminina.

Outro resultado importante da decomposição com a estrutura educacional diz respeito às mudanças na intensidade e na direção da contribuição das proporções específicas de domésticas por níveis de escolaridade, ao longo dos quatro períodos quinquenais selecionados. Entre as coortes mais jovens, é possível observar que essa componente vai perdendo força no sentido de aumentar as proporções agregadas de domésticas e aos poucos vai passando a atuar na mesma direção da escolaridade, potencializando os seus efeitos redutores. No último quinquênio, entre 2007 e 2012, a sua contribuição já era até mais significativa do que a contribuição da escolaridade, nas faixas etárias de 15 a 19 anos (59%) e de 20 a 24 anos (64%). Neste mesmo período, as duas componentes também operavam de forma conjunta em todas as coortes de mulheres menores de 34 anos, provocando as quedas mais intensas registradas nas proporções agregadas entre os quatro quinquênios analisados. Esse movimento é perfeitamente coerente com o *timing* e o sentido das mudanças observadas no padrão etário de período da atividade, como mostrado nos Gráficos 2 e 3.

Mas que forças estariam por trás deste fenômeno de convergência na direção das duas componentes? Com toda certeza, as mudanças de período registradas no ambiente macroeconômico, na primeira década deste século. Esse período foi caracterizado por um ciclo mais duradouro de crescimento, com redução do desemprego, ampliação da oferta de empregos formais, redução da desigualdade de renda familiar e ampliação dos poderes aquisitivo e de endividamento das famílias de baixa renda. Como ressaltaram Brites e Picanço (2014), essas mudanças fomentaram um processo de aproximação econômica e cultural entre as classes sociais, por meio da difusão entre as camadas mais populares de um padrão de consumo e de um estilo de vida, com aspiração por rápida ascensão social, até então típico da classe média. Neste contexto, o padrão de grande envolvimento das mulheres de baixa renda com o trabalho doméstico remunerado foi profundamente alterado entre as gerações. De um lado, o ofício foi perdendo status como alternativa de ocupação para mulheres de coortes mais jovens, que tinham melhores condições de disputar posições mais valorizadas em um mercado de trabalho em grande expansão e diversificação. Por outro lado, foi se transformando em um nicho de absorção de mulheres mais maduras, com poucas chances de inserção em ocupações de maior prestígio social, em função da baixa qualificação. É bem verdade que esse processo não começou na década de 2000. Os ganhos de escolaridade que passam a funcionar empurrando as coortes mais jovens para fora do trabalho doméstico remunerado já vinham acontecendo desde a década de 1990, como demonstrado. Mas o movimento se intensificou

na última década, quando novas oportunidades de trabalho com maior status social para as mulheres se ampliaram e se generalizaram nas regiões metropolitanas e no interior, em empresas de diferentes tamanhos, de todos os setores de atividade e em quase todos grupos ocupacionais.

5. Considerações finais

Este artigo buscou (1) descrever as variações no peso relativo do trabalho doméstico remunerado na atividade feminina, no Brasil, nas cinco últimas décadas, usando associações entre as perspectivas de idade, período e coorte, e (2) medir a contribuição da escolaridade em explicá-las. Foram encontradas fortes tendências estruturais de retração e envelhecimento da mão de obra feminina empregada no setor e um efeito significativo da escolaridade mais elevada das sucessivas coortes de mulheres mais jovens associado a essas tendências. O papel da escolarização mais elevada das coortes mais jovens - e, portanto, dotadas de "vantagens comparativas para o trabalho" - foi relevante sobretudo nos anos 2000, quando elas tiveram a oportunidade adicional de fazer coincidir a sua trajetória laboral com um período de crescimento econômico mais prolongado, caracterizado pela desconcentração de renda e pelo aumento da oferta de empregos menos vulneráveis. Pode-se concluir, então, que os avanços educacionais conquistados pelas mulheres têm sido determinantes em reduzir as proporções de domésticas ocupadas no país, mas a intensidade e a velocidade de sua influência em provocar uma contração ainda maior na oferta desta mão de obra vai depender do *timing* da retomada e da permanência de um novo ciclo de crescimento do emprego e da renda, nos moldes observados na década passada.

De todo modo, o movimento evidente na análise de coortes – combinando uma queda impressionante na proporção de domésticas jovens com a elevação da proporção de idosas - nos autoriza dizer que está em curso no país uma mudança cultural extremamente importante, dada pela resistência crescente que as jovens das classes populares têm em relação ao trabalho doméstico remunerado, em razão do desprestígio social intrínseco à atividade. Essa mudança de aspiração das novas gerações, ainda que não venha a significar o fim imediato do ofício é, ao que tudo indica, de difícil retorno. É possível que atividade ainda permaneça por um longo tempo entre as maiores absorvedoras de mão de obra feminina no país, em função das desigualdades inerentes à sociedade brasileira, ou de fatores associados à demanda – como o aumento da longevidade, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, as transformações nas famílias e a insuficiência de políticas públicas, programas e ações que promovam a conciliação entre o trabalho e a vida familiar. Ainda assim, é de se esperar o aprofundamento das tendências de retração e envelhecimento da categoria, com a atividade deixando de ser a porta de entrada no mercado de

trabalho para as mulheres jovens de baixa renda, mas talvez mantendo o papel de porta de saída para as mulheres de baixa renda mais velhas.

Referências bibliográficas

BRITES, J.G.; PICANÇO, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisa. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, Ano 19, n. 31, p. 131-158, 2014.

DIEESE. O emprego doméstico nos anos 2000. In: **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012, p.145-163.

IPEA. Situação das trabalhadoras domésticas no país. **Comunicado do IPEA**, n. 90. Rio de Janeiro, 2011.

LEME, M.C.S.; WAJNMAN, S. Efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. In: WAJNMAN, S; MACHADO, A.F. (Orgs.). **Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Coleção População e Economia), 2003.

MELO, H. P. O Serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. IPEA. **Texto para Discussão**, n. 56, 1998.

MELO, H. P. Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino: uma análise dos grupos ocupacionais. OIT/IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

MYRRHA, L.J.D; WAJNMAN, S. Características e Heterogeneidade do Emprego Doméstico no Brasil. **Revista ABET**, v. VI, n. 2, 2007.

OIT. **Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection**. International Labour Office. Geneva, 2013.

OLIVEIRA, A. M. H C. **Acumulando informações e estudando mudanças ao longo do tempo: análises longitudinais do mercado de trabalho brasileiro**. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

PRESTON, S. H.; HEUVELINE, P.; GUILLOT, M. **Demography: measuring and modeling population process**. Blackwell Publishing, 2001.

SOARES, S., IZAKI, T. S. A. Participação feminina no mercado de trabalho. IPEA. **Texto para discussão**, n. 23, 2002.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B., LIBERATO, V. (1998) O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, v. 2, pp. 2.429-2.454.

WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. L. G. Participação feminina na população ativa do Brasil: alternativas para projeção de níveis e padrões. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.24, n.2, p. 203-234, 1994.

YANG, Y.; LAND, K. C. **Age-Period-Cohort Analysis: New Models, Methods and Empirical Applications**. Florida. CRC Press, 2013.